Comentários à Margem da Carta de Caminha

Francisco Adegildo Férrer*

A chegada das Naus Portuguesas[1] ao Ilhéu da Coroa Vermelha ocorreu no período das grandes navegações, quando Portugal e Espanha exploravam o oceano em busca de novas terras. Este fato ampliou as expectativas dos exploradores. Anteriormente Portugal e Espanha haviam assinado o Tratado de Tordesilhas, em 1494, estabelecendo que Portugal ficaria com as terras recém descobertas que estavam a leste da linha imaginária (370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde), enquanto à Espanha caberia o domínio das situadas a oeste dessa linha.

Na carta, endereçada a D. Manuel, o rei de Portugal, na época do descobrimento do Brasil, PeroVaz de Caminha[2], escrivão da frota, relata com detalhes a chegada dos portugueses às novas terras, os primeiros contatos com os indígenas. Através da leitura desse documento, percebem-se as intenções da tripulação quanto à nova terra e perspectivas com relação ao território recém-descoberto.

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] A partida da frota portuguesa da praia de Belém,Lisboa, ocorreu no dia 9 de março. A chegada às ilhas canárias, no dia 14 do mesmo mês e no dia 22 chegaram, à ilha de São Nicolau. No dia 21 de abril toparam com os primeiros sinais de terra, o que eles chamam de botelho, espécie de ervas compridas. No dia seguinte houve o avistamento de terra, que foi chamada de Ilha De Vera Cruz, a qual tinha um monte alto que recebeu o nome de Monte Pascoal.

[2] Pero Vaz de Caminha foi o escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral. Nascido na cidade do Porto, em Portugal, faleceu poucos meses depois de ter escrito a Carta, ainda em 1500, em Calecute, na Índia, onde seria escrivão da feitoria que viria a ser fundada.

Na referida carta, Caminha chama a atenção para os acontecimentos, ocorridos a partir de 26 de abril, Domingo de Pascoela[3], domingo imediato ao da Páscoa. Era este o quinto dia dos portugueses na Ilha de Vera Cruz, dia em que se celebrou a primeira missa[4]; a primeira vez em que Pedro Álvares Cabral realmente pisaria em terras brasileiras, ocasião em que os nativos seriam observados de perto. Há uma minuciosa descrição dos nativos, tanto em termos de aparência quanto de comportamento. Do mesmo modo, são citados direta e indiretamente cerca de dezoito membros da tripulação e sua interação com os nativos. O primeiro escambo (troca) ocorre em clima amistoso, embora Caminha relate a ansiedade dos navegantes em relação à possível presença de metais preciosos na nova terra. Cita as reações dos índios diante do que era oferecido pelos europeus, desde alimentos até objetos. O escritor também se detém na descrição física dos nativos, destacando suas pinturas e enfeites corporais, a limpeza e a saúde de seus corpos, que muito lhe impressionam, bem como a "inocência" dos nativos e nativas com relação à nudez.

Por ser domingo, o Capitão-Mor escolheu como cenário para a celebração da primeira missa na Terra de Vera Cruz o ilhéu onde haviam folgado na véspera.

O local mostrara-se seguro o suficiente para receber a tripulação das naus, permitindo que os nativos mantivessem uma distância prudente.

Pelas ordens emitidas logo cedo: os capitães deviam descer a seus batéis e dirigir-se ao ilhéu. Um altar simples, porém "*muito bem arranjado"*, é montado dentro de um pavilhão, um dossel improvisado debaixo do sol tropical, que em quase nada deveria lembrar a santidade da igreja de Nossa Senhora de Belém, em Lisboa, onde havia sido celebrada a missa da despedida.

De comum aos dois cenários apenas o permanente sentimento de fé e a presença da bandeira de Cristo, o mesmo estandarte que havia sido

[3] Como resquício ainda das festividades pagãs que louvava a fecundidade dos campos, a Páscoa é celebrada no primeiro domingo após a primeira lua cheia que se segue ao equinócio da primavera, variando sempre entre os dias 21 de março a 26 de abril. A frota de Cabral havia comemorado a Páscoa a bordo, uma semana antes, sem saber que, três dias depois, um novo mundo seria avistado.

[4] Os portugueses realizaram uma missa, construíram uma enorme cruz. Tudo para mostrar aos nativos o acatamento que tinham pela cruz, ou melhor, pela religião. Desde já, possuíam a vontade de convertê-los à Igreja, tendo em vista, sua inocência, já que faziam tudo o que os portugueses faziam ou mandavam… A intenção de dominá-los é facilmente observada na seguinte passagem : "Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente."

entregue a Cabral pelas mãos de El-Rei, e que foi erguido bem alto para ser avistado pelos que se encontravam no Ilhéu, e pelos incréus na praia, à segura distância.

O Evangelho foi lido *"em voz entoada"* pelo celebrante, Frei Henrique de Coimbra. *"Sob a desconfiança dos nativos[5]"*. De acordo com Robert Southey (1810), Frei Henrique dirigia-se à sua primeira missa nas Índias. Os outros padres e sacerdotes que acompanham a frota entoam o mesmo ofício, ouvido por todos *"com muito prazer e devoção[6]"*. De acordo com Caminha:

> • *Seria o número de gente que ia nesta frota, entre mareantes e homens de armas, até mil e duzentas pessoas", diz João de Barros em sua "Décadas" sobre a frota de Cabral, complementando: "E além das armas materiais, que cada um levava para seu uso, mandava el-rei outras espirituais que eram oito frades da ordem de São Francisco, de que era guardião Frei Henrique, que depois foi bispo de Ceuta e confessor de el-rei, varão de vida muito religiosa e de grã prudência, com mais oito capelães e um vigário para administrar em terra os sacramentos da fortaleza, que el-rei mandava fazer, todos varões escolhidos para aquela obra evangélica".*

Na prosa tortuosa de Barros, somam-se 16 ou 18 representantes da Igreja, dispostos a morrer por sua fé nas mãos dos mouros ou idólatras. Ou preferencialmente, antes disso, convertê-los ao Evangelho através da palavra, "pedindo-lhes que deixassem suas idolatrias, diabólicos ritos e costumes, e se convertessem à fé de Cristo".

Caso não alcançassem o intento de modo pacífico, que recorressem a "ferro e fogo", fazendo-lhes "crua guerra".

---

[5] Outro aspecto importante diz respeito à religião. Caminha narra as cerimônias cristãs celebradas pelos sacerdotes presentes na esquadra, bem como a aparente curiosidade dos nativos com relação a essas celebrações. Destaca-se aí a descrição da Primeira Missa, celebrada no domingo, dia 26 de abril.

[6] No final Frei Henrique utiliza uma cadeira alta carregada até o ilhéu com o propósito de servir de púlpito para seu sermão. Da tribuna improvisada emite "solene e proveitosa pregação da história", enveredando depois para tema mais próximo ao coração de cada um: a vida dos embarcados, dos marinheiros, dos homens do mar, o achamento da terra na qual se encontram, e os deveres que têm, como cristãos, de difundir a cruz e a cristandade aos que nela residem.

Em pouco mais de uma semana na Terra de Vera Cruz, não houve oportunidade para que os religiosos conseguissem converter nenhum dos idólatras, muito embora reconhecessem naqueles dóceis nativos o potencial para a fé cristã, a partir da atenção dedicada à celebração das duas missas, e da satisfação com que receberam os crucifixos distribuídos.

Sob o signo da cruz foram organizadas esta e outras expedições portuguesas, numa intensa simbiose com a conquista comercial e a expansão dos domínios do Reino, ao ponto de não se saber onde terminavam um interesse e iniciavam os outros.

Ao observar o comportamento dos aborígines, por ocasião da celebração da missa, Caminha nos chama a atenção para um fato curioso que, segundo ele os nativos que haviam se aproximado da praia, acompanharem de longe a movimentação do Ilhéu. *Seriam cerca de duzentos, como na véspera, trazendo novamente arcos e flechas*.

Sem o querer deveriam divertir os portugueses, com o ingênuo acompanhamento dos gestos deles na missa. Sentavam quando os portugueses sentavam; *ajoelhavam-se juntos; erguiam-se logo em seguida, imitando o ritual que se desenrolava à distância*.

O sermão é pregado ao final da celebração da missa. Os portugueses sentam na areia para ouvi-lo, mas *os nativos estão inquietos*. O sermão, na dupla distância da língua incompreensível e do afastamento da praia, alonga-se por mais tempo que a paciência deles suporta, e eles não se acanham de deixar claro que é hora de terminar. Muitos homens *começam a tocar instrumentos de sopro – chifres, búzios, ou "uma espécie de trombeta", na descrição do Piloto Anônimo – e a saltar e dançar*.

Alguns embarcam em almadias ainda mais primitivas que aquelas avistadas anteriormente, formadas por *"duas ou três traves, atadas juntas"*, embarcações tão precárias que sequer ousam afastar-se muito da terra.

Após a bênção final os portugueses encaminham-se *em procissão marítima, estandarte erguido bem alto, de volta a seus barcos, seguindo ao longo da costa num lento desfile diante dos olhos atentos dos nativos*.

Mais uma vez Bartolomeu Dias é indicado pelo Capitão-Mor para aproximar-se dos homens na praia. O pretexto é devolver um remo, um pedaço de madeira procedente de almadia nativa, arrastado pelo mar para perto do ilhéu.

O cortejo segue o barco de Bartolomeu a "um tiro de pedra", como avalia Caminha: cerca de 450 metros de distância.

A proximidade permite ao escrivão avistar mais curiosidades daquele povo. É traído pela visão de um homem, que não depusera seu arco e sua flecha. "*tinto de tintura tão vermelha pelos peitos e costas, e pelos quadris, coxas e pernas até baixo*", de uma tintura tão vermelha que a água "não comia nem desfazia", mas ao contrário, quando saía da água vinha ainda mais vivo o vermelho.

Pelo que Caminha descreve, este homem alertava aos outros para que se afastassem dos europeus, porém sem muito sucesso: "*a mim não parecia que dele tivessem respeito ou medo*", deprecia.

A visão em escarlate também não assusta os homens no batel de Bartolomeu Dias. Um deles desce do bote, aproxima-se do grupo de nativos e integra-se a ele sem nenhum temor. Os homens da terra voltam a oferecer sua moeda corrente, as cabaças com água doce, tão bem recebida na véspera, enquanto acenam aos portugueses que estão nos batéis para que desçam também à terra.

O Capitão-Mor tem outros planos. Bartolomeu Dias volta à sua nau, e na sua companhia retornam todos os barcos. A alegria se manifesta no tanger de trombetas e gaitas, parte dos instrumentos musicais trazidos na viagem e que tão bem respondem aos búzios e chifres tocados pelos nativos.

"*Viemos (às naus) a comer*", relata Caminha. No cardápio, *regado a vinho e água fresca, mais uma conferência entre os capitães para decisões estratégicas.*

Com relação a alimentos da terra, Caminha faz referências ocasionais a alimentos portugueses e nativos. No primeiro dia em que desceram ao ilhéu os marinheiros "mataram peixe miúdo", mas não muito, talvez o suficiente para provarem o sabor dos frutos de um mar tropical.

No domingo da Pascoela, após a celebração da Santa Missa no ilhéu, alguns marinheiros foram buscar mariscos "*e não os acharam*". Em compensação, "*acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um muito grande e muito grosso, que em nenhum tempo o vi tamanho*", admira-se o escrivão.

Frei Vicente do Salvador, no clássico "História do Brasil", no século XVII, se refere também aos peixes pequenos, presentes em toda a costa, "*menores de um palmo*", aos mariscos, ostras, briguigões amêijoas, mexilhões, búzios e muitas astas de caranguejos", além dos muitos camarões, "não só no mar, como os de Portugal, mas nos rios e lagoas de água doce, e alguns tão grandes como lagostins".

O Piloto Anônimo refere-se a um tubarão morto a pauladas, mas não há indicação gastronômica de seu uso, mais difundido no Oriente.

Em terras brasileiras, deparam-se os portugueses com "*muito bons palmitos*", colhidos e devidamente comidos; com inhame, produto também das terras de África; e com "*outras sementes que na terra dá, que eles comem*", e que o escrivão não faz questão de experimentar.

A ausência de qualquer referência a coqueiros na paisagem da praia baiana, com sua água preciosa, justifica-se: de acordo com a pesquisadora pernambucana Claudia Lima, no livro "**Tachos e Panelas, historiografia da alimentação brasileira**", somente muitos anos mais tarde o coco foi trazido da Oceania pelos colonizadores portugueses, adaptando-se perfeitamente ao clima nordestino.

Costume da época chamava de jantar e refeição principal, entre o almoço e a ceia. Jantava-se ainda à luz do dia, guardando o apetite para uma derradeira refeição, antes do sono.

Depois de comerem, os capitães de dirigiam à nau de Pedro Álvares Cabral. Novamente Caminha é convocado para testemunhar o encontro e fazer dele melhor relato.

O Capitão-Mor traz dois pontos a comunicar a El-Rei sobre a descoberta da nova terra. Democrático, Cabral "perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos". A ideia era que El-Rei equipasse e enviasse uma nova frota para descobrir mais, "e saber dela mais do que nós podíamos saber, por irmos na nossa viagem"

No interior da Nau Capitânia, *onze capitães apresentam razões favoráveis ou contrárias, discutem alternativas, e é da concordância de todos, ou pelo menos da maior parte deles, que tal passo "seria muito bem*".

Resolução tomada, passam ao segundo ponto da discussão. O Capitão quer a avaliação de seus homens sobre a captura de dois nativos, a serem enviados a Lisboa junto com a nau de mantimentos. Em troca ficariam na terra dois dos degredados.

Os capitães conferenciam, e alguns deles, mais experimentados em prévias viagens de conquista, ponderam sobre o pouco proveito de tal ação. Os que eram capturados e levados à força não se prestam para dar informações já que, atemorizados, costumavam dizer sim a tudo que lhes perguntassem.

No caso daqueles nativos, em especial, ignorantes da língua portuguesa, mais improvável ainda seria o ganho devido à pura e simples impossibilidade de entendimento.

Mais vantajoso seria deixar os degradados. Estes, sim, saberiam dar mais informações de terra às próximas frotas que chegassem. A decisão agrada a todos, incluindo recomendações para que não se represente nenhuma ameaça aos nativos, mantendo-os "mansos e apaziguados" como estão.

Já vencida a primeira barreira de resistência, portugueses e nativos "andavam misturados na praia", a tentar entendimentos, a aproximarem-se e esquivarem-se, a trocar entre si o que dispunham: arcos e flechas, tesouros de uns, por sombreiros e carapuças de linho, moedas de outros.

Pela leitura deste documento, percebe-se a preocupação do autor em descrever detalhadamente locais e acontecimentos e informar ao rei sobre tudo que acontecia. Seu olhar é atento, centrado naquele que seria o grande objetivo da viagem: descobrir de que forma aquelas terras poderiam trazer lucro a Portugal. Porém, ao longo do texto, o encantamento do escritor com o lugar é evidente, Caminha revela seu deslumbramento diante das paisagens e das pessoas que são encontradas.

Caminha tem um estilo bastante peculiar de escrita, ao mesmo tempo em que é cerimonioso, por dirigir-se ao rei, também se permite momentos de humor e, ao final, faz um pedido de ordem pessoal a D. Manuel I. Portanto, estamos diante de um documento histórico, o qual, pelas suas condições de produção, não deixa de ser também um relato pessoal e subjetivo. Mesmo assim, tornou-se uma das obras literárias definidoras de nossa nacionalidade.

O escrivão Pero Vaz de Caminha discorre, em sua carta, acerca do ¨descobrimento¨ do território na época denominado pelos portugueses de Terra de Vera Cruz – hoje compreendido como Porto Seguro. Datada de primeiro de março de 1500, relata minuciosamente ao Rei e amigo (ROSA, 1999), Dom Manuel I, a situação encontrada nas novas terras, bem como a presença de selvagens no novo território e seus respectivos costumes.

Durante toda a extensão do relato, Caminha narra os cinquenta e quatro dias de viagem ao Rei de Portugal, frisando a fidedignidade dos fatos ali contados. O cronista informa a Dom Manuel acerca do avistamento de novas terras no dia 22 de abril, da presença de habitantes locais, dos primeiros contatos com essa ¨jente bestial e de pouco saber¨ (CAMINHA, 1500, p. 135), das práticas de escambo, da possível existência de metais

preciosos e do falecimento de toda aquela gente em ¨seer toda christaã¨ (CAMINHA, 1500, p. 140).

Os primeiros contatos com essa gente foram realizados por Nicolau Coelho. Os ¨selvagens¨ eram ¨pardos, todos nuus, sem nenhuũa cousa que lhes cobrise suas vergonhas¨ (CAMINHA, 1500, p. 128). Num primeiro momento os índios, que estavam portando arcos e flechas, os mantiveram em posição de ataque. Contudo ao primeiro sinal de amizade por parte dos visitantes, os nativos baixaram as armas e começaram uma amigável troca de pertences.

A prática de escambo teve início paralelamente ao primeiro contato entre essas culturas tão incongruentes. Os caraíbas ofereceram sombreiros, carapuças e barretes e como retribuição receberam arcos, cocares, ramais – todos esses encaminhados a Dom Manuel, posteriormente.

Durante esses primeiros contatos, Caminha suspeitou da existência de metais preciosos nas terras recém descobertas. Os índios, quando viam objetos de ouro ou prata, logo começavam a apontar para o interior das terras. Segundo Caminha, isso poderia ser um sinal de que ali haveria tais riquezas. ¨E começou d açenar coma maão pera a terra, e despois pera o colar, com o que nos dezia que avia em terra ouro¨ (CAMINHA, 1500, p.129).

Referências Bibliográficas

CAMINHA, PERO VAZ DE. ¨Carta de Pero Vaz de Caminha¨ (1500) in: Jaime Cortesão. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil.* Lisboa: IN/CM, 1994.

CASTRO, Silvio: A Carta de Pero Vaz de Caminha. O Descobrimento do Brasil. Porto Alegre : L&PM, 2009.

TUFANO, Douglas. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Ed. Moderna, 1999.